**A EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE OS MARCOS LEGAIS NO BRASIL E O PAPEL DO EDUCADOR.**

Leane Fernandes Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

leanelinda.lf@gmail.com

Emylle Paula Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

emyllepaula@hotmail.com

**RESUMO**

O presente artigo busca analisar os fundamentos legais que regem a educação infantil; compreender a função da educação infantil e destacar o papel do professor no processo de ensino aprendizagem da educação infantil. A educação infantil é a primeira etapa de ensino da educação básica, essa deve possibilitar aos alunos um melhor processo de ensino e aprendizagem, sendo que essa etapa influenciará toda a vida escolar do aluno. O trabalho foi desenvolvido na disciplina Estágio Supervisionado em Educação Infantil do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, em uma creche pública municipal em Imperatriz-MA. O trabalho foi estruturado em capítulos divididos por temáticas, no primeiro momento destacamos os fundamentos legais da Educação Infantil, em segundo a função da Educação Infantil e o papel do educador. Para embasar o trabalho fez-se uso de várias referências, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), Ariés (1981),entre outros.

**Palavras chave:** Educação Infantil. Marcos legais. Papel do educador.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho trata-se de artigo da disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, realizado na creche municipal em Imperatriz-MA. Assim como todo estágio o mesmo na educação infantil não é diferente, o mesmo é extremamente relevante, pois acreditamos que nos proporciona conhecer a realidade do professor de Educação Infantil, é também um ambiente valioso para articular a relação teoria e prática.

É importante explanamos sobre o tema, pois é a educação infantil etapa do nível de ensino da educação básica. É necessário que essa etapa de ensino tenha políticas educacionais voltadas para sua qualidade e consolidação, políticas essas que envolvem principalmente o currículo. Discorremos sobre o papel do professor nesta etapa de ensino que é um dos instrumentos mais importantes na educação infantil, pois é o piloto neste processo de ensino e aprendizagem

O trabalho foi discorrido em capítulos divididos por temáticas, no primeiro momento destacamos os fundamentos legais da Educação Infantil, em segundo a função da Educação Infantil e o papel do educador.

Para embasar o trabalho fez-se uso de várias referências, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) entre outros.

**2 FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A educação infantil no Brasil é marcada de progressos e retrocessos, há mais de cem anos já existia ações para incrementar a Educação Infantil no Brasil. Contudo, foi apenas nas últimas décadas que ela foi verdadeiramente reconhecida, pois a Legislação Educacional do país, tem diferentes concepções de criança e seus direitos.

Diferentes compreensões do que é ser criança era concebido até o século XVII, onde a mesma era percebida como um adulto em miniatura e até mesmo como um brinquedo para distração dos adultos e que lhes proporcionava prazer. Como relata Phelippe Ariés:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado á criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÁRIES,1981, p.10).

Apenas no século XVII que se principiou a modificar a concepção sobre a criança, aonde viu-se a necessidade de um tratamento especial para as crianças e que as mesmas não poderiam mais integra-se ao mundo dos adultos. Neste contexto o papel da escola seria de preparar a criança para que na idade certa ingressassem no mundo adulto. Ariés, diz:

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê – la ou substituí – la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÉS,1981, p.12).

Como podemos constatar a infância é vista atualmente como consequência das grandes transformações que sofreu durante sua história. Faz-se necessário compreender suas transformações e de como a mesma está relacionada a educação. Um marco importante para Educação Infantil Brasileira foi a Constituição de 1988, que pela primeira vez reconheceu a criança como um sujeito de direitos, ou seja, a criança passou a ter um lugar social.

Em seguida, veio o Estatuto da Criança e do Adolescente na década de 90, e a partir desse momento com a eleição de um presidente, de fato pelo voto popular, tivemos algumas ações que foram importantes na construção de instituições mais democráticas de ensino.

explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos da Criança e do adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito à educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creches e pré-escolas. (CRAIDY, 2001, p.24)

A criação desse Conselho representa um marco no que diz respeito a valorização da infância por parte das políticas públicas. Dentro do contexto acima citado, nasce a LDB de 1996, (lei 9.394/96), tivemos como consequência as Diretrizes Curriculares Nacionais, que passou a legislar sobre a Educação Infantil, começando a dizer como deve ser a formação dos professores para trabalhar com essas crianças e seus desafios para com a educação infantil.

compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns da ser das crianças, elas permanecem únicas em sua individualidades e diferenças (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.22).

Atualmente, no Brasil está assegurada legalmente uma concepção de infância com cidadania, uma criança com direitos que antes não tinham. Nesse sentido a Constituição (1988) deixa claro os direitos da criança no artigo 227 que diz:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, á dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência cce opressão. (BRASIL, 1988).

A partir de então estabelece-se a responsabilidade do estado em ofertar a educação infantil institucionalizada por meio de creches e pré-escolas, responsabilizando também a família em garantir o acesso à educação.

A educação dever da família e do estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

Esta citação encontra respaldo no art. 4º, IV que diz: “o dever do Estado com educação escolar pública está efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade”.

Vale aqui ressaltar também como um marco importante o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, que mobilizou toda a área de pesquisa e docência de maneira a criar um primeiro padrão de como iniciar e educação das crianças de modo que não seja só cuidar, higienizar, colocar para dormir e brincar. Nesse sentido o RECNEI (1998) trouxe orientações com as seguintes características:

Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo(RCEI, 1998, p.30, 31).

Nessa perspectiva passou-se a ter uma organização da educação infantil de modo a estruturar e orientar os professores da educação infantil, servindo de base para discursões entre os mesmos, implicando assim na elaboração de projetos educativos diversos.

Nos últimos anos da educação infantil, tem sido focalizado necessidade do cuidar e do educar. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RECNEI, mostra as funções do educar e do cuidar, esclarecendo que é impossível cuidar da criança sem educar. O cuidar tem a dimensão da ajuda e do compromisso com o outro, gerando um vínculo entre a criança e o professor. Educar proporciona situações de cuidados, brincadeira e aprendizagem de forma direcionada e intencional.

As instituições de educação infantil devem oferecer as crianças elementos culturais que ocasionem o seu desenvolvimento e inserção social, para tornar oportuno aprendizagens que ocorrem em brincadeiras ou aprendizagens orientadas pelos os adultos, pois o desenvolvimento da criança vai depender dos cuidados relacionados que envolve o afeto, como os cuidados biológicos, já que, as crianças quando observadas, ouvidas e respeitadas podem dá pistas da qualidade de ensino que está sendo ofertada.

As propostas pedagógicas de educação infantil, ver a criança como um ser indivisível e completo. Portanto, devem promover práticas de educação e cuidados que englobe a incorporação de todos os aspectos das mesmas, tantos físicos, cognitivos, linguísticos e sociais. Além disto é indispensável que a criança disponha de um ambiente favorável para o desenvolvimento de caracteres, como: Compreensão, estabilidade, amor, definições de papeis, família, convívio social e segurança.

Portanto, percebe-se que a criança é um ser biopsicossocial e como tal ela precisa de alimentação, bem-estar físico e o convívio social para trocar experiências e viver melhor e quando se trabalha com crianças pequenas o professor deve ter como princípio “conhecer” seus interesses e necessidades para saber quem realmente são e qual a história de cada um para contribuir para uma formação melhor

**2.1 A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO EDUCADOR**

A Educação Infantil é a primeira etapa de muitas do processo educacional e a fase do desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos, abrangendo aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos.

Nesse sentido, alguns autores desenvolveram teorias no campo da psicologia da educação, teorias essas que embasam a função da educação infantil e as práticas do professor, dentre elas estão o construtivismo de Piaget e o interacionismo de Vygotsky. Esses dois autores nasceram no mesmo ano, mas em contextos bastante diferentes que o levaram a pensar o desenvolvimento sobre diferentes visões.

Piaget elaborou uma divisão dos estágios cognitivos pelos quais todos seres humanos passam e que evoluem em sequência, o estágio sensório motor que vai do zero aos dois anos, pré-operatório dos três aos sete, operatório concreto dos sete anos onze e o operatório formal.

Um ponto que cabe aqui ser destacado é o sensório motor estágio e o pré-operatório, visto que tais estagio acontecem no período da educação aqui em questão.

A inteligência não aparece, de modo algum, num dado momento do desenvolvimento mental, como um mecanismo completamente montado e radicalmente diferente dos que o precederam. Apresenta, pelo contrário uma continuidade admirável com os processos adquiridos ou mesmo inatos respeitantes à associação habitual e ao reflexo, processos sobre os quais ela se baseia, ao mesmo tempo que os utiliza (PIAGET, 1986, p.23)

As indicações para cada fase é apenas um parâmetro, nem sempre o desenvolvimento acontece no mesmo ritmo, podendo variar de criança para criança. Com tudo isso entende-se que não se pode exigir que uma pessoa resolva problemas para os quais ela ainda não desenvolveu a estrutura necessária, além da maturação neurofisiológica e do crescimento orgânico do corpo.

Piaget também foi um dos defensores da teoria da escola ativa segundo a qual cada pessoa constrói ativamente o conhecimento, ou seja, o aluno não é visto apenas como um sujeito passivo pronto para receber o conhecimento , e a interação com outras pessoas e bastante significativa, não para que ensinem verdades já estabelecidas, mas para facilitar o processo por meio de atividades adequadas e considerando o estágio em que a crianças se encontra.

Contemporâneo de Piaget, Vygotsky deixou significativas contribuições para se pensar a educação. A psicologia sócio histórica ver o mundo psíquico com uma construção histórica e social.

Decorre disso o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que seria:

“[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar por meio da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. (VYGOTSKY apud OLIVEIRA, 1995).

Isso significa que o ser humano não nasce com uma essência universal, algo que a viria pronto só esperando para se desenvolver, pelo contrário segundo essa concepção o indivíduo é visto como um ser ativo e social, construído ao longo de sua vida por meio das relações com outros indivíduos e com o meio que o cerca.

Historicamente a Educação Infantil no Brasil, em seu início era ofertada apenas por instituições sociais, filantrópicas ou por parte das fabricas. No Brasil, na primeira etapa da educação básica o estado não estabelece a obrigatoriedade do ensino, desvinculando-se do dever de suprir essa necessidade que é de fundamental importância para o desenvolvimento integral da criança.

No entanto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no artigo 29, vai nos falar que: "A educação, infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seus seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.”

Com base nos últimos estudos sobre educação infantil, como já mencionado, não tem como desvincular a educação infantil do cuidar, pois o ato de educar também proporciona situações de cuidado.

Assim, “educar” significa: propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. “Cuidar” significa: ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades (RCEI, 1998, p.23, 24).

A partir de então, busca-se que se compreenda o papel do educador na educação infantil com base na função da mesma. É papel do educador infantil organizar a forma como os conteúdos são passadas as crianças fazendo uma mediação entre as crianças e o que irão aprender. Cabe ao educador exercer um papel fundamental na formação do autoconceito da criança, que vai auxiliar na construção psicológica da criança.

Espera-se que os educadores não façam comparações entre as crianças, que indiquem seus erros e deficiências, mas sim, indicar que cada criança é diferente umas das outras, mas que ambas são importantes em suas especificidades. Portanto, o professor deve conhecer e considerar as diversidades, costumes e crenças de cada aluno, com o intuito ético de respeito as diferenças e na busca da ampliação dos contextos socioculturais que as crianças estão inseridas.

Para tanto é necessário que o professor, busque adotar um comportamento que busque descobrir o que cada criança tem de melhor e diga para ela sua opinião; aceite as contribuições sem críticas; crie espaços para ouvir a criança; valorize o que a criança pode destacar e procure estabelecer limites claros, explicando os motivos, pois as crianças devem aprender que nem tudo gira em torno delas.

Assim, para as experiências na educação infantil ocorram com sucesso, o professor deve considerar os dispositivos legais que norteiam essa etapa de ensino, bem como considerar as diferenças culturais e as peculiares de aprendizagem das crianças de zero a seis anos de idade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As percepções da infância durante toda história estiveram pautadas na criança como um ser em miniatura, ao longo de vários anos essas percepções sofreram rupturas, a partir do século XVIII com diversos estudiosos que notaram as fragilidades e potencialidades das crianças.

Entende-se que tais estudos contribuíram ao longo dos séculos, para as perguntas o que é infância e o que é ser criança. Compreender a criança como sujeito importante em sociedade, com suas potencialidades, desejos, um alto poder de aprendizado induziu a sociedade em se pensar as políticas públicas educacionais para um melhor desenvolvimento das crianças em todos os âmbitos da sociedade. As politicas educacionais voltadas para a infância são recentes, sendo que a educação infantil passou a ser obrigatório com promulgação da LDB de 1996. Posteriormente outros ganhos no currículo com os DECNEI E RECNEI.

Conclui-se que o âmbito escolar é uma das primeiras instituições de convívio da criança, intrinsicamente á educação infantil que é a base da vida escolar da criança e que esse espaço deve propiciar á criança novos meios de aprendizagem por meio de suas potencialidades, respeitando a sua maturação psicológica e biológica. O professor é um instrumento primordial para este processo de ensino e aprendizagem, pois é um mediador do conhecimento.

**REFERÊNCIAS**

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.p. 292.

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEEF, 1998. V. 1; il.

BRASIL. Lei n.9394, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora do Brasil.BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs.)**. Educação Infantil pra que te quero?.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. Tradução: Álvaro Cabral. 3ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: **aprendizado e desenvolvimento, um processo sóciohistórico**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995.